

# Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos

Cristiane Moraes Marinho<sup>1</sup>  
Helder Ribeiro Freitas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Pedagoga, Mestre em Extensão Rural. Profa. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão) - Campus Ouricuri. E-mail: cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br

*Agradecimentos: Ao IRPAA, IPA, CNPq, MDA, SAF e CAPES, parceiros nas ações do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico-UNIVASF.*

## RESUMO

Este artigo discute a utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com o objetivo de favorecer a compreensão conceitual da ATER, da participação e dos instrumentos metodológicos que promovem, na ação extensionista, a construção de processos dialógicos de construção de conhecimentos e de promoção da autonomia por parte de sujeitos e grupos envolvidos. Observa-se que, como preceito legal, estabelecido na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, as metodologias que promovam a participação cidadã devem ser construídas considerando suas finalidades, as situações e os contextos locais. Neste sentido, apresentam-se aqui algumas, entre tantas metodologias que podem auxiliar nos processos de diagnóstico, de tomada de consciência crítica, de planejamento, de monitoramento e de avaliação.

**Palavras-Chaves:** ATER; Participação; Metodologias Participativas.

**Using Participatory Methodologies in Technical Assistance (ATER) processes and Rural Extension: Theoretical and practical foundations**

## ABSTRACT

This article discusses the use of Participatory Methodologies in Technical Assistance and Rural Extension (ATER) processes, with the objective of promoting the conceptual understanding of ATER, participation and methodological tools that promote, in extension action, building dialogic processes of knowledge construction and the autonomy promotion on the part of individuals and groups involved. It is observed that, as a legal precept established in the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension, the methodologies that promote citizen participation should be built considering their goals, situations and local contexts. In this sense, we present some of them, among many methodologies that can help in diagnostic processes, critical consciousness making, planning, monitoring and evaluation.

**Keywords:** ATER; Participation; Participatory Methodologies.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor em Solos e Nutrição de Plantas. Prof. da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Colegiado de Engenharia Agrônoma – Campus de Ciências Agrárias - Petrolina. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a utilização de Metodologias Participativas (MPs) nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Inicialmente, embora não tenhamos a pretensão de aprofundar no estudo histórico da extensão, apresentamos uma breve contextualização histórica sobre a ATER, apontando alguns de seus períodos históricos e fatos que contribuíram para consolidar concepções teórico-metodológicas. Nesta ressalta-se sua íntima relação entre concepções de desenvolvimento do capitalismo no meio rural e os papéis atribuídos aos extensionistas e demais sujeitos e grupos sociais com os quais atua. São ainda apontadas três, das principais fases da ATER: *Humanismo Assistencialista, Difusionismo Produtivista e o Humanismo Crítico*.

Na discussão sobre os fundamentos da Participação e das Metodologias Participativas, buscou-se apontar alguns princípios conceituais que envolvem tanto a participação quanto as MPs, problematizando o entendimento dos mesmos nos trabalhos de ATER.

Por fim, apontamos algumas das possibilidades de utilização de Metodologias Participativas na ATER, assim indicamos algumas metodologias já experienciadas pelos autores ao longo de suas atuações profissionais, especialmente, no contexto da atuação do Núcleo de Pesquisas e Estudos Sertão Agroecológico (NUPESA – UNIVASF), que podem contribuir com o desenvolvimento de trabalhos de ATER na perspectiva da construção de conhecimentos e da autonomia dos sujeitos da ação extensionista. Longe de querer prescrever algum receituário, apresentamos metodologias com as quais tem-se um registro e uma familiaridade por conta de trabalhos e experiências com agricultores em campo e em cursos de formação desenvolvidos em diferentes momentos e instituições com diversos contextos e finalidades.

Espera-se que aos iniciantes nas Metodologias Participativas este possa ser um dentre os vários trabalhos que serão lidos e aproveitados em processos de formação continuada de estudantes e agentes de ATER.

### **Assistência Técnica e Extensão Rural: histórico e concepções**

Para início de discussão, é importante ressaltar que não é pretensão deste trabalho apresentar um minucioso estudo histórico da ATER. Assim, o que se conseguiu, dadas as limitações deste artigo, é apresentar uma breve contextualização histórica da mesma, a fim de apontar alguns, entre tantos fatos importantes, que ao longo do desenvolvimento da Extensão Rural no país fundamentaram seus princípios teóricos e práticos.

Historicamente, a troca de informações e experiências técnicas relacionadas às atividades agropecuárias acompanha o próprio processo de desenvolvimento da humanidade, sendo determinada pelas formas de organização das forças produtivas. Nesse contexto, embora não fosse denominada extensão, o processo educativo pelo qual os povos, já no período Neolítico, trocavam, compartilhavam e experimentavam saberes e modos de relacionar-se com a natureza e de utilizar-se de diferentes recursos para aperfeiçoar os métodos e técnicas de manejo e produção agropecuária, aponta a exis-

tência assistemática e não institucionalizada da extensão rural desde a antiguidade (CAPORAL, 1991).

Considera-se a “revolução agrícola neolítica” marco histórico de origem do que atualmente denominamos de Extensão Rural, pois:

Como se sabe, esta 'revolução agrícola neolítica' expandiu-se geograficamente e, com ela, as técnicas de cultivo e preparo de utensílios necessários para o trabalho da terra, inventados pelo homem. Estes, mesmo sem serem chamados de extensionistas rurais, em suas migrações para formação de novos aldeamentos, nos contatos exigidos pelo incipiente mercado de trocas ou ainda em razão da coexistência de grupos sedentários com grupos nômades, trocaram informações sobre o desenvolvimento de suas relações com a natureza e o uso dos materiais de trabalho, passando de uns para os outros os aperfeiçoamentos alcançados [...] (CAPORAL, 1991, p. 26)

Concebida enquanto uma prática sócio-histórica, a extensão rural desenvolve-se determinada pelas exigências dos diferentes modos de produção dominantes. Com a emergência do capitalismo, também os processos de transferências de informações técnicas no campo são remodelados, uma vez que “é provável que a introdução de serviços especializados de extensão agrícola tenha sido uma resposta às exigências do processo de acumulação capitalista” (CAPORAL, 1991, p. 28).

Em sua constituição institucional, a extensão rural tem sua origem relacionada à atuação de universidades inglesas, na segunda metade do século XIX, e a criação dos serviços de cooperativismo nos Estados Unidos, no início do século XX, e que contou a participação dos denominados Land-grant Colleges – escolas agrícolas americanas criadas com o intuito de intervir no processo de desenvolvimento agrário daquele país. Tal intervenção ocorria pela ênfase dada ao ensino das ciências aplicadas, à experimentação e às atividades de extensão, enquanto forma de socialização da produção técnica e científica obtidas (PEIXOTO, 2008).

No Brasil, o primórdio da extensão rural deu-se no final da década de 1920, com a implantação e atuação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição criada nos moldes dos Land-grant Colleges americanos. Segundo Peixoto (2008), a primeira ação institucionalizada de extensão rural no país foi a Semana do Fazendeiro realizada pela ESAV em 1929 e teve como objetivo “transferir, a médios e pequenos produtores rurais e suas famílias, os recentes desenvolvimentos científicos da instituição” (BORGES, et. al., 2000, p. 148). Interessante observar que, mesmo com todas as mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro, este evento, ainda hoje, continua a ser realizado pela UFV anualmente.

Diferentes autores, entre eles Fonseca (1985), Caporal (1991), Viebrantz (2008), Peixoto (2008), Santos e Lusa (2014), apontam para a relação entre o desenvolvimento da extensão rural no Brasil e o processo de difusão do capitalismo no campo. Tal processo passa a ocorrer com mais força a partir do período da Guerra Fria, uma vez que:

Os Estados Unidos pretendiam se consolidar enquanto hegemonia, difundindo ideias, métodos, técnicas capitalistas pelo mundo inteiro, diminuindo assim, o poder dos países socialistas. Havia também, o receio de que os povos famintos fossem mais receptivos às propagandas comunistas, isso fez com que o governo americano iniciasse um programa de assistência aos países mais pobres, principalmente os da América. (VIEBRANTZ, 2008, p. 134)

Foi neste contexto que ocorreu a efetiva institucionalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, a partir do final da década de 1940, mais especificamente em 1948 com a criação em Minas Gerais da ACA (Associação de Crédito e Assistência Rural), fruto de conversações e convênios estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos, por meio da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), entidade filantrópica ligada à família Rockefeller<sup>3</sup>. O modelo foi difundido posteriormente para todos os estados brasileiros. Segundo Peixoto (2008), 23 ACAR foram criadas até 1974.

Conforme Fonseca (1985) o objetivo da ACAR era:

[...] levantar o nível de vida rural em Minas Gerais. O método: ajudar a população rural a ajudar a si própria. Os instrumentos: crédito aos pequenos lavradores, assistência técnica, ensino coletivo – ministrado em cada comunidade por um agrônomo e por uma supervisora doméstica. Esta pequena equipe constituiu o núcleo a partir do qual a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) iniciou sua ação. (FONSECA, 1985, p. 82)

Os extensionistas buscavam promover o aumento da produtividade agrícola e da renda, além de melhorias nas condições de vida das famílias. Diferentes autores<sup>4</sup> denominam essa fase da extensão rural por *Humanismo Assistencialista* (1948-1962), marcada pelos seguintes objetivos: “Modificar comportamentos produtivos e sociais dos agricultores e de suas famílias, introduzindo-se inovações tecnológicas e administrativas (na propriedade e no lar)” (DIAS, 2006).

Era competência dos extensionistas, também, supervisionar a concessão do crédito e orientar quanto a sua utilização com a finalidade de “modernizar” o “atrasado” do meio rural brasileiro, uma vez que o acesso ao crédito incentivava a compra de insumos como: defensivos agrícolas, adubos químicos e de maquinários como tratores e sistemas de irrigação, a fim de intensificar a produção e, conseqüentemente, capitalizar as práticas agropecuárias.

Para Caporal (1991) a extensão rural no Brasil já nasceu com um claro propósito:

[...] de educar para a assistência técnica, ou seja, promover um processo de interiorização dos progressos técnicos desenvolvidos pelo capitalismo industrial, de maneira a fazer da agricultura, um lugar propício para a acumulação capitalista do setor dinâ-

<sup>3</sup>Para saber mais sobre Nelson Rockefeller e sua atuação no Brasil: SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *Hist. cienc. Saude-Manguinhos* [online], v. 20, n. 4, p. 1695-1711, 2013.

<sup>4</sup>Dias (2007), Rodrigues (1997) e Ruas (2006).

mico da economia. Suas fases centradas no 'desenvolvimento de comunidades' ou na ideia da 'propriedade como um todo' não passam de estratégias capazes de garantir a aderência e a posterior subordinação da agricultura ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial [...] (CAPORAL, 1991, p. 34)

Ainda segundo este autor, o papel da extensão rural no desenvolvimento das políticas agropecuárias a partir de meados da década 1950 e das décadas de 1960 e 1970 foi configurado pela atuação do Estado no sentido de tornar o meio rural mais dinâmico e adequado aos fluxos do capitalismo agrário.

Em 1974, é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que, segundo Caporal (op. Cit.), “passa a ser o braço forte do Estado junto ao povo rural, empenhada que se mostrou em garantir o modelo modernizante/excludente que se desenvolvia no meio rural”. No transcorrer das décadas de 1970 e 1980, a extensão rural se desenvolveu alinhada ao projeto de modernização conservadora.

O apelo à modernização dos processos por meio da concessão do crédito e introdução massiva de maquinários, insumos e intensificação das atividades produtivas, demarca uma nova fase da extensão rural conhecida como *Difusionismo Produtivista* (1963-1984), perspectiva que caracterizou a Revolução Verde no Brasil. Acredita-se que foi nesta fase que o ethos extensionista foi consolidado, uma vez que se institucionalizou um perfil do profissional “que é adotado de norte a sul na formação de estudantes de ciências agrárias: um agente moldado para o controle e para a intervenção instrumental sobre a natureza e a sociedade.” (DIAS, 2007, p. 13)

Na concepção *Difusionista*, as relações estabelecidas entre os extensionistas e os agricultores são verticais e polarizadas, no topo da relação encontra-se o técnico, com seu saber “maior” cientificamente inquestionável e passivamente recebido, pelo agricultor, por processos de transferência fundamentados em monólogos.

A fase seguinte é denominada *Humanismo Crítico* (1985-1989) influenciada pelo fim do regime militar e progressiva abertura política. Sua principal característica era a “promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, é sujeito de suas ações como cidadão” (RODRIGUES, 1997, p. 127).

Os resultados alcançados com a perspectiva difusionista e produtivista no contexto da modernização proposto pela Revolução Verde não dão respostas para os desafios impostos pelas necessidades de produção agropecuária na perspectiva da escassez de recursos impostos pela crise socioambiental (CAPORAL et al., 2006).

Com a extinção da EMBRATER em 1991, a extensão rural brasileira é praticamente desmantelada e, sem os recursos federais, as atividades extensionistas passaram a depender de outras formas de financiamento; os Estados financiavam uma parte, mas foi preciso construir outras modalidades de oferta bancadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e organizações de agricultores.

Assim, se por um lado, observa-se o enfraquecimento do papel do Estado na garantia da ATER, por outro, é perceptível uma diversificação quanto às organizações, entidades e instituições atuantes nesta: ONGs, Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Associações, entre outros. Esta configuração mais diversificada de instituições e ações extensionistas torna-se propícia para a construção de novas concepções e práticas que fundamentam a ATER.

Os processos para retomada dos serviços de ATER pelo Estado ocorreram a partir do ano de 2003 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) quando foi instituído um grupo de trabalho formado por especialistas em extensão que elaboraram um documento-base denominado “Marco de Referência para uma Política Nacional de ATER”. Nesse contexto, foi realizada uma série de debates em audiências, encontros e seminários envolvendo representantes de órgãos governamentais, de diferentes movimentos sociais, prestadoras de ATER e de agricultores familiares.

O documento final resultante dos debates estabelece como missão da ATER:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004).

Observam-se significativas transformações em curso na ATER que contestam o modelo difusionista e suas concepções teórico-metodológicas, em especial o próprio conceito de desenvolvimento, o papel atribuído às instituições/organizações e dos agricultores familiares do/no campo e o próprio conteúdo da ATER, não limitando-a a conhecimentos técnicos.

Neste contexto, conforme expressa a própria lei n.º. 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, nesta a ATER é entendida como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (BRASIL, lei n.º. 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

O desafio posto à ATER, atualmente, é consolidar-se na forma interativa e preocupada com a construção da autonomia por parte dos extensionistas e dos agricultores familiares, promovendo a participação crítica e horizontal dos mesmos e o reco-

nhhecimento e a valorização dos saberes dos agricultores, de suas comunidades e das instituições/organizações locais.

A intervenção interativa e a promoção dos processos de produção agroecológicas, enquanto perspectiva de atuação mais adequada junto aos diferentes públicos e comunidades atendidas pela ATER, é uma premissa estabelecida atualmente nas políticas públicas. Nesse sentido, cabe destacar a relação direta entre ATER, diferentes formas de agricultura familiar, agroecologia e modos de vida associados.

A própria PNATER (MDA, 2004) aponta para o fato de que o desenvolvimento sustentável das populações do campo, conforme constatado ao longo das últimas três décadas, não pode ser alcançado somente por meio da transferência de tecnologias. Nesse sentido, esta política aponta para a transição agroecológica enquanto paradigma a ser construído.

O enfoque agroecológico parte da valorização do conhecimento local dos diferentes grupos sociais, dos agricultores familiares e se propõe a auxiliar no aprendizado das dinâmicas dos agroecossistemas, bem como contribuir com a compreensão das relações estabelecidas entre esses agroecossistemas e os aspectos socioculturais com vistas na consolidação do desenvolvimento das populações e grupos sociais em bases sustentáveis. De acordo com CAPORAL et al. (2006, p. 2) a Agroecologia pode ser compreendida enquanto:

Uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas [...] de maneira que passou a ser o principal enfoque científico da nossa época, quando o objetivo é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura insustentáveis para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis.

A transição agroecológica pode ser potencializada, dentre outras formas, a partir da atuação dos extensionistas e demais atores e organizações que executem a política de ATER, tendo as MPs como ferramentas para promoção da tomada de consciência, da participação e de construção da autonomia de sujeitos e grupos sociais. Assim, a perspectiva das MPs e de orientação agroecológica exige novas posturas, conhecimentos e habilidades dos profissionais agentes de ATER (MDA, 2004).

## **Fundamentos da Participação e das Metodologias Participativas**

Torna-se imperativo, ao discutir as MPs, problematizar o próprio conceito e fundamentos da Participação. Afinal, o que é participação? É possível falar em níveis de participação? Como estas discussões interferem no trabalho de ATER? Qual o nível de participação que queremos (ou devemos?) alcançar nestes trabalhos?

No seu sentido usual, a participação expressa uma vasta gama de concepções e práticas. Em muitas situações, a falta de uma definição mais precisa do que é a Participação e dos processos necessários para sua garantia acabam por comprometer sua

efetiva implementação. Na prática, a participação pode ser compreendida de forma bem elementar, e/ou ocultar concepções e práticas baseadas na manipulação e mesmo coerção.

Importante compreender que a participação não é simplesmente um instrumento para a resolução de problemas, ela representa uma necessidade humana. “É o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (BORDENAVE, 1994, p. 16). Podemos afirmar que a palavra participação vem da palavra parte: “Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, op. cit. p. 21).

Conceber que a participação pode dar-se em diferentes níveis de envolvimento e autonomia dos sujeitos e grupos é importante para elucidar os sentidos, os percursos metodológicos e as finalidades dos trabalhos que se propõem a desenvolver. Nesse contexto, a classificação elaborada por Arnstein (2002) é bastante esclarecedora, como se observa a seguir:

Maior nível de participação	8	Controle Cidadão	Níveis de Poder Cidadão	Nestes níveis de participação o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.	
	7	Delegação de Poder			
	6	Parceria			Parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder.
	5	Pacificação	Níveis de Concessão Mínima de Poder	A pacificação consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos sem-nada aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final.	
		4			Consulta
		3			Informação
	2	Terapia	Não Participação	Seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam "educar" ou "curar" os participantes.	
	Menor nível de participação	1			Manipulação

Tabela 1.  
Fonte: Adaptado de ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE*, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

A história de constituição da Extensão Rural no Brasil e as experiências de execução das ações de ATER a partir da proposição do “Marco de Referência para uma Política Nacional de ATER” tem possibilitado e potencializado o desenvolvimento das MPs enquanto perspectiva metodológica que instrumentaliza a ação extensionista fundamentada no diálogo (FREIRE, 1971), em contraposição à perspectiva difusionista e produtivista.

As MPs surgem na década de 1970 a partir de intervenções de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Governamentais europeias em países da África e Ásia tendo sido denominados Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) (PEREIRA,



2001). No Brasil, essas propostas de MPs foram incorporadas como forma de intervenção, principalmente por ONGs nas décadas de 1980 e 1990. Brose (2001) destaca que, a partir da década de 1990, as MPs são incorporadas por programas e projetos de desenvolvimento, instrumento de pesquisa-ação no campo socioambiental e assessoria a movimentos sociais.

Ao longo das duas últimas décadas, as ações de intervenção participativa orientadas pelas Metodologias Participativas são reconhecidas enquanto instrumento metodológico que possa mediar<sup>5</sup>, orientar a intervenção baseada em seus princípios éticos, reconhecer valores e elementos culturais (PEREIRA, 2001). Além disso, Chambers e Guijt (1995) destacam que as MPs possibilitam o levantamento de informações qualificadas em processos de mediação social, pois surgem questionamentos a respeito da banalização destes métodos, bem como os princípios e objetivos que orientam as equipes que "fazem uso" dessas propostas de intervenção social no campo.

As ações de ATER envolvem uma grande diversidade de atores sociais e organizações, que se orientam por diferentes perspectivas de intervenção social, perpassando a ação extensionista fundamentada no diálogo e na construção da autonomia pelos sujeitos e grupos sociais o que se contrapõe à perspectiva "difusionista e produtivista", ainda muito presente no campo brasileiro atualmente.

Neste contexto, é possível observar que a atuação dos extensionistas é perpassada por disputas sociais no campo ideológico e simbólico, conforme aponta Bourdieu (1996, p. 61-62) em sua concepção de "Campo", no qual se produzem *habitus*, de maneira que se denomina "um conhecimento adquirido e também um haver [...] indica a disposição incorporada, quase postural, mas sim de um agente em ação [...] espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço". No *habitus* dos profissionais agentes de ATER, a contraposição entre as premissas de se "os agricultores são agentes de conhecimento" ou se "os agricultores são apenas receptores de conhecimentos/informações transmitidas pelos agentes de ATER" fundamentam a prática desses agentes em direções opostas no que tange aos processos de participação popular e de construção de conhecimento.

Na PNATER as MPs (BRASIL, 2004) constituem-se enquanto instrumentos educativos na mediação de conhecimentos e construção de propostas e ações que viabilizem as condições de exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida das populações do campo de forma a superar os problemas e limitações advindos das propostas de intervenções autoritárias, verticais, tecnicistas e difusionistas.

Essas perspectivas, tanto no campo da ação dos profissionais agentes de ATER quanto no campo da pesquisa junto às populações do campo, também podem se apresentar sob duas formas, conforme aponta COELHO (2014): a intervenção "formal" ou a "participativa". A perspectiva "formal" assemelha-se aos "surveys", centrada em relações verticais e assimétricas entre os atores sociais (profissionais agentes de ATER e agricultores). Essa aponta para a superioridade do conhecimento acadêmico em relação às demais formas de conhecimento e na aplicação de questionários no levantamento de informações. Já a perspectiva participativa busca superar os impasses das intervenções formais, tendo como ponto de partida o cotidiano, a dinâmica de organização

<sup>5</sup>O termo mediador, segundo OLIVEIRA e SILVA (s/d), o conceito de mediador social é um termo analítico que vem sendo utilizado para na compreensão "do papel que desempenha aquele agente que se relaciona com diferentes espaços sociais, transcodificando informações e interligando estes espaços, influenciando, dessa forma, nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão a ele vinculados."

dos grupos sociais e sujeitos que participam desde o momento de problematização e diagnóstico até os momentos de planejamento e avaliação das ações (FREITAS et al., 2007).

A perspectiva da intervenção que orienta o trabalho das equipes de ATER deve ser fundamentada na participação social e ação comunicativa<sup>6</sup>. As equipes de agentes de ATER necessitam ser pensadas desde as concepções que orientam as ações dos técnicos (participativa/interativa versus difusionista/produtivista), a constituição no que tange aos aspectos de gênero, geração, inter e transdisciplinaridade (valorizar e incorporar no trabalho das equipes agentes que detenham conhecimentos e experiências do campo da vida, não restritas a habilidades reconhecidas e apropriadas por um processo de educação formal), as experiências na mediação de processos participativos, as limitações e recursos disponíveis, até outros tantos aspectos relativos às situações e contextos.

Assim, o papel das equipes de agentes de ATER é “intervir enquanto mediadora partindo de capitais (simbólicos, culturais, políticos, sociais) e do poder da legitimidade confiada por uma organização e/ou instituição, consolidar o chamado ‘meio de campo’, o equilíbrio, a consolidação em meio às divergências de interesses posto no campo social” (FREITAS et al., 2007). De acordo com PEREIRA (2000, p. 9), para a constituição da equipe de forma transdisciplinar enquanto grupo de mediação, bem como “para um bom desempenho da equipe, faz-se necessário que seus membros sejam capacitados em termos teórico-metodológicos, além de contemplar a criatividade, iniciativa e capacidade de mobilização”.

É possível compreender as Metodologias Participativas como instrumentos fundamentais para consolidação da ATER e promoção da participação popular, com vistas na construção de novos conhecimentos necessários para sustentabilidade socioambiental, a promoção da Agroecologia e da agricultura familiar junto à diversidade de grupos sociais e atores sociais do/no campo. Entretanto, para isso, os agentes de ATER necessitam se apropriar das MPs enquanto instrumento metodológico orientador das intervenções de modo a compreender as práticas e valores culturais, bem como as formas de organização dos agricultores.

A capacitação dos agentes de ATER nos aspectos teóricos e metodológicos inerentes às MPs se constitui em uma ação fundamental para a efetivação das práticas de intervenção participativas e construção de processos autônomos junto aos agricultores familiares (PEREIRA, 2001). Ao avaliar o uso das MPs, Guijt (2007) destaca que essas têm avançado na superação dos problemas no âmbito da banalização das mesmas. Tal preocupação também é manifestada por COELHO (2014) ao destacar o domínio das MPs e o uso destas enquanto instrumento de intervenção, coleta de informações e entrosamento com os grupos atingidos por estas, podem revelar dois sentidos das MPs, quais sejam: mediar como questionamento ou como manutenção de formas de dominação e exclusão.

Constata-se que a concepção que os agentes de ATER têm das MPs e a apropriação por parte desses das concepções e fundamentos das MPs são as questões centrais da efetivação da participação popular nos processos de intervenção social no âmbito das

<sup>6</sup>Teoria da Ação Comunicativa conforme proposto por Habermas (apud FREITAS, 1985, p. 135) incorpora os processos de diálogo como elemento central para a ação comunicativa plena. No contexto das intervenções participativas, a capacidade dos mediadores de descentração (diálogo) é condição básica para o processo pesquisa, planejamento e ação fundamentada na perspectiva Participativa junto aos grupos sociais. Para Habermas, “O ator ‘competente’ que coordena suas ações e busca o entendimento através da ação comunicativa é o sujeito autônomo, socializado, comunicativo (em suma ‘descentrado’), cujas estruturas lógicas e de consciência foram se construindo enquanto atuava sobre o mundo dos objetos (interiorização de ações) e interagiu com outros sujeitos no mundo social (interiorização ou

ações de extensão rural. Associadas a estas questões se articulam as características e habilidades pessoais dos membros de tais equipes de ATER, em especial a capacidade de “ouvir e se colocar no lugar do outro”, entenda-se o outro, os grupos sociais e agricultores inerentes à diversidade de grupos atendidos pela PNATER.

### Possibilidades de Utilização de Metodologias Participativas na ATER

As discussões relacionadas à utilização de MPs na ATER, em geral, apontam para diferentes nomenclaturas e siglas que estas podem assumir, dentre as quais podemos apontar:

- Diagnóstico Participativo (DP);
- Diagnóstico de Desenho;
- Diagnóstico Rápido Participativo (DRP);
- Diagnóstico Rural Participativo (DRP);
- Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE);
- Diagnóstico Rápido Participativo Ambiental (DRPA);
- Diagnósticos Rápidos de Sistemas Rurais (DRSR).

No geral, utilizaremos a denominação Metodologia Participativa ou Diagnóstico Rápido/Rural Participativo (DRP) na tentativa de abranger a diversidade de novas metodologias que vêm surgindo a cada dia. Neste sentido, Chambers (1994, p. 953) define DRP como “uma família crescente de enfoques e métodos dirigidos a permitir que a população local compartilhe, aumente e analise seus conhecimentos sobre a realidade, com o objetivo de planejar ações e atuar nesta realidade”.

Tratando do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), de acordo com Pereira e Little (2000, p. 1):

Sua metodologia é composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. Constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os seguintes atores sociais [...]

Para a compreensão dos DRPs é importante estar atento para as seguintes observações quanto aos DRPs:

- Não se trata de um receituário a ser aplicado a qualquer realidade – os DRPs envolvem um conjunto de metodologias que devem ser utilizadas, considerando, sobretudo, sua finalidade, seus sujeitos e contextos locais.

assimilação da fala e dos pontos de vista dos outros), levando-o a reorganizar (acomodação) suas estruturas cognitivas ou esquemas (relação com o mundo subjetivo).” (apud FREITAG, 1985, p. 135).

- Os DRPs não são simples dinâmicas para tornar as intervenções mais “animadas” – como um conjunto de métodos os DRPs expressam um conjunto racional de etapas, sistematicamente ordenadas para alcançar determinadas finalidade;

- Sua utilização não está limitada apenas ao diagnóstico de realidades ou problemas – as metodologias dos DRPs podem ser utilizadas no diagnóstico e tomadas de consciência de situações-problema, de oportunidades e outros que devem ser enfrentados. Mas também como instrumento para planejamento, monitoramento e avaliação nos processos de desenvolvimento socioambiental.

- Os DRPs não são limitados aos espaços rurais – Estes cada vez mais têm sido utilizados em outros contextos sociais, inclusive em processos de gestão e planejamento estratégico no campo corporativo/empresarial.

- São flexíveis na medida em que ao longo dos processos de intervenção as propostas metodológicas planejadas anteriormente são reavaliadas e replanejadas de acordo com as situações e contextos socioambientais que se apresentam.

### Algumas Metodologias Participativas e suas formas de utilização

Existem muitas MPs de utilização consolidadas entre os extensionistas, conforme as propostas metodológicas e referências já apontadas anteriormente. A seguir, serão apresentadas algumas dessas metodologias enquanto instrumentos metodológicos que promovem a ação extensionista na perspectiva interativa.

**MAPEAMENTO:** Metodologia utilizada para mapear e identificar os espaços de vida e as interações das dinâmicas socioambientais e produtivas estabelecidas pelos diferentes grupos sociais envolvidos nas diferentes formas de intervenção.

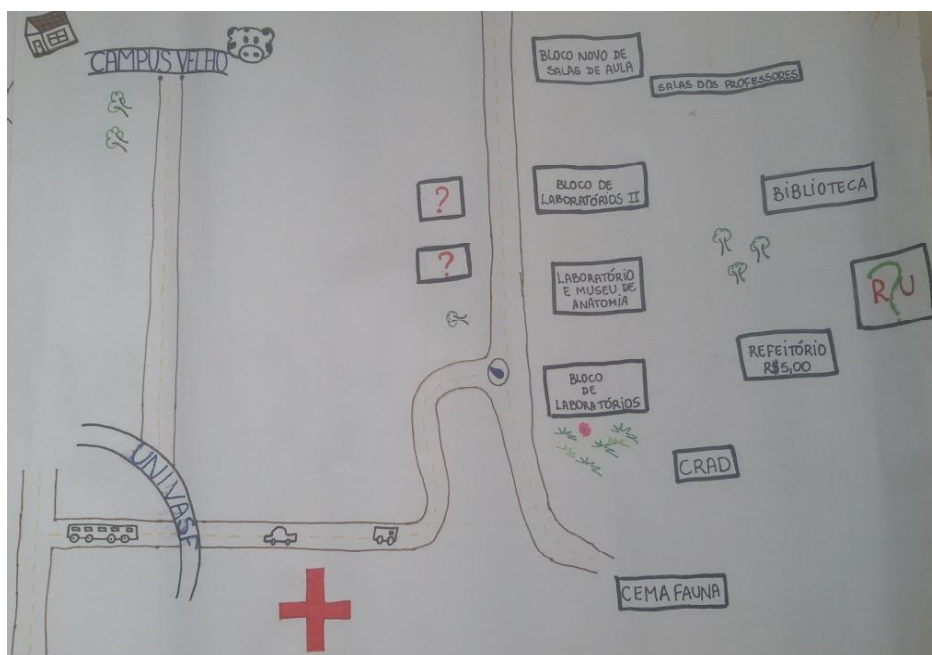


Figura 1. Representação da metodologia “Mapeamento” construído com estudantes de Medicina Veterinária durante prática de Metodologias Participativas realizada na disciplina de Extensão Rural (2013).

**LINHA DO TEMPO:** Metodologia que busca resgatar fatos e processos históricos que colaboraram para a construção de um diagnóstico e avaliação de processo socioambiental ao longo do tempo referente a um determinado grupo, entidade e processo socioambiental. Trata-se de uma metodologia que promove a tomada de consciência crítica pertinente à história e à realidade vivida por um determinado grupo social, o que possibilita apontar os caminhos a serem seguidos em processos de planejamento participativo.



Figura 2. Síntese gráfica da aplicação da metodologia “Linha do Tempo” referente à “Linha do Tempo da Convivência com o Semiárido” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

**ROTINA DIÁRIA:** Essa metodologia permite caracterizar e compreender as dinâmicas de atividades diárias de organizações, grupos, famílias e diferenças entre gênero, geração e outras abordagens. Essa caracterização possibilita avaliar e planejar ajustes nas dinâmicas e distribuição de atividades e atribuição de responsabilidades de formas mais equânimes e equilibradas.

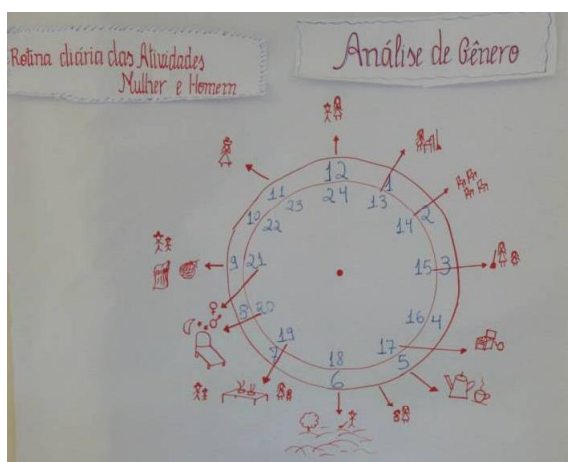


Figura 3. Simulação da metodologia “Rotina Diária” elaborada durante formação promovida junto à turma de Especialização em “Metodologias Participativas aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e

**DIAGRAMA DE VENN:** Possibilita avaliar o conjunto de organizações e instituições que são mais ou menos importantes para um determinado grupo, organização e/ou comunidade, bem como avaliar a dinâmica de atuação dessas instituições junto ao grupo foco da intervenção. Ao final dessa atividade, é possível identificar e compreender a dinâmica de articulação do grupo em questão com os parceiros mais atuantes, além de apontar para a necessidade de buscar aproximar organizações importantes que se encontram distantes na atuação junto ao grupo/comunidade em questão.

Extensão Rural” (Sertão Agroecológico/PROEX/ CAPES Novos Talentos, 2015).



Figura 4 (A e B). Simulação de aplicação da metodologia “Diagrama de Venn” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

**CALENDÁRIO SAZONAL:** Essa metodologia permite construir o calendário das atividades sócio-produtivas desenvolvidas por um determinado grupo, organização e famílias ao longo do ano. Nesse sentido, durante a discussão é possível compreender os fatores que determinam a distribuição das atividades durante os meses do ano, bem como apontar possíveis ajustes nessas dinâmicas a partir da compreensão e objetivos estabelecidos pelo grupo envolvido na intervenção.



Figura 5. Simulação de aplicação da metodologia “Calendário Sazonal” elaborado durante formação promovida junto à turma de Especialização em “Metodologias Participativas aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural” (Sertão Agroecológico/PROEX/ CAPES Novos Talentos, 2015).

**REALIDADE DESEJO:** Trata-se de uma metodologia utilizada para encaminhar o processo de planejamento de modo a se aprofundar nos aspectos que interferem na vida das pessoas do grupo envolvido na intervenção, sejam eles positivos ou negativos. A partir da caracterização da realidade, discute-se o desejo do grupo, ou seja, onde se pretende chegar no que tange a um determinado aspecto da vida/dinâmica desse grupo. Assim, parte-se para o detalhamento do processo, ou seja, ações, atribuições de responsabilidades, prazos e recursos necessários para que o desejo do grupo se concretize.

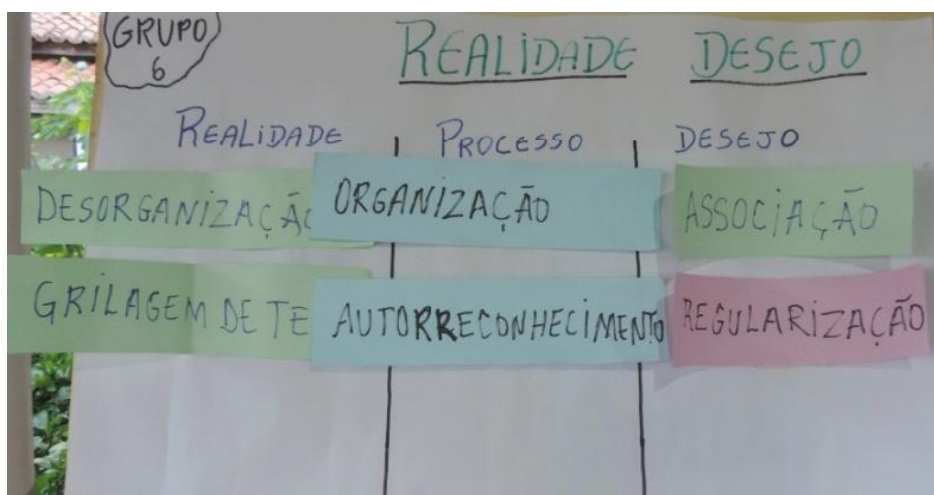


Figura 6. Simulação de aplicação da metodologia “Realidade – Desejo” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

**FOFA:** Metodologia de diagnóstico e avaliação de processos socioambientais e produtivos referentes a um determinado grupo social, organização e instituição. A partir dessa metodologia é possível identificar as Fraquezas, as Oportunidades, as Fortalezas e as Ameaças (FOFA) que interferem na dinâmica do grupo envolvido no processo de diagnóstico/intervenção. A partir dos debates, é possível avaliar e planejar estratégias que potencializem as ações e objetivos e metas determinadas pelo referido grupo, foco da intervenção.

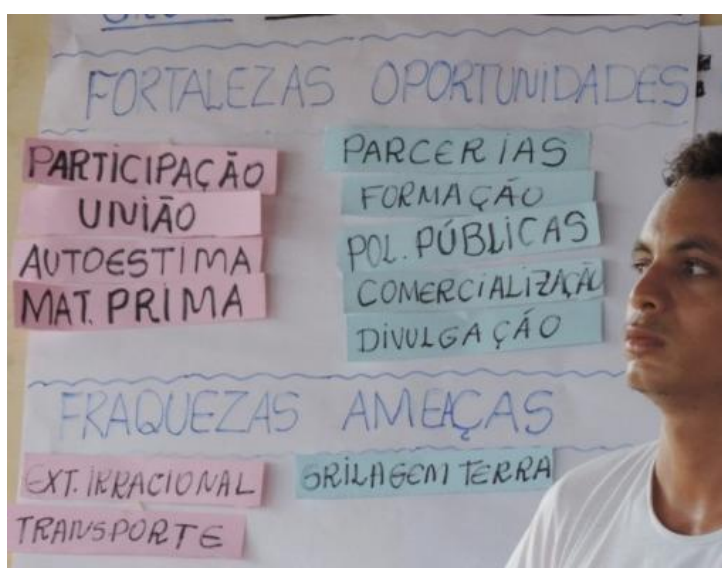


Figura 7. Simulação de aplicação da metodologia de planejamento “FOFA” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

**ÁRVORE DE PROBLEMAS:** Trata-se de uma metodologia utilizada para aprofundar a compreensão de um determinado problema identificado durante discussões e atividades diagnósticas realizadas anteriormente com um determinado grupo. Assim, elege-se um determinado problema identificado como chave e discutem-se as causas e efeitos advindos desse problema. A tomada de consciência das relações de causa e efeito possibilita um planejamento mais adequado para a resolução dos problemas do grupo envolvido na intervenção.



Figura 8 (A e B). Simulação da metodologia “Calendário Sazonal” elaborado durante formação promovida junto à turma de Especialização em “Metodologias Participativas aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural” (Sertão Agroecológico/PROEX/CAPES Novos Talentos, 2015).

**ELEIÇÃO DE PRIORIDADES:** Essa metodologia possibilita o exercício dos processos democráticos decisórios no conjunto dos grupos sociais envolvidos na intervenção. A partir de demandas identificadas durante o Diagnóstico Participativo, realizado junto a um determinado grupo, instituição e comunidade é possível construir critérios e parâmetros para uma eleição de prioridades dos problemas e ações a serem priorizados na busca por soluções por interferirem na dinâmica dos grupos envolvidos na intervenção. Nesse sentido, é possível estabelecer pesos diferenciados e a partir dos acordos com os grupos, propor uma eleição de modo a se eleger, no conjunto do grupo foco da intervenção, quais as demandas serão priorizadas a partir da votação obtida após apuração dos resultados da Eleição de Prioridades.



Figura 9. Simulação de aplicação da metodologia de planejamento “ELEIÇÃO DE PRIORIDADES” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica”



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da PNATER, enquanto uma política que promove a participação cidadã na construção dos projetos sócio-produtivos em bases sustentáveis, demanda o avanço na compreensão e ações efetivamente participativas. Assim, faz-se necessário trabalhar os processos formativos de agentes de ATER (agricultores, técnicos, lideranças e assessores) em Metodologias Participativas.

A promoção das Metodologias Participativas junto aos agentes de ATER se constitui em processo fundamental na promoção da Agroecologia e superação das limitações das abordagens Assistencialista, Difusionista e Produtivista que caracterizaram a proposta de estabelecimento das relações capitalistas de produção no campo que impulsionaram a Revolução Verde.

A valorização do conhecimento popular, construção do conhecimento e manejo dos agroecossistemas locais em bases agroecológicas partem do pressuposto de uma intervenção sócio-técnica participativa. Nesse sentido, a premissa do diálogo entre agentes de ATER é fundamental na construção de novos conhecimentos e práticas no campo da Extensão Rural.

O uso das Metodologias Participativas demanda formação, exercício prático, sensibilidade, criatividade e capacidade de síntese na organização das ideias e propostas elaboradas durante as discussões. Além disso, a ação participativa demanda dos agentes técnicos de ATER o compromisso com as implicações técnicas, éticas e políticas com os grupos sociais envolvidos nas intervenções.

## REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, José Marcondes et. al. (Org.). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 311p.

BROSE, Markus (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CAPORAL, F. R. A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1991.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONTIN, I. L.; PIES, N.; CECCONELLO, R. (Org.). **Agricultura familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 174-208. (Praxis, 5).

CHAMBERS R.; GUIJT, I.. DRP, cinco años despues. ¿Donde nos encontramos? **Forests, Trees and People Newsleter**, n. 26/27, 1995. 23 p.

COELHO, France M. Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: Editora UFV, 2005. (Revisado e ampliado em 2014).

DIAS Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n.2, p.11-21, 2007.

DRUMOND, M. A.; GIOVANETTI, L.; GUIMARÃES, A. **Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades**. Brasília: MMA, 2009.

EMATER-MG. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR**. Belo Horizonte: Emater-MG, 2006. 41 p.

FARIA, A. A. C.; NETO, P. F. **Ferramentas do diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192 p. (Coleção Educação Popular, n. 3).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREITAG, B. Um confronto: Piaget e Habermas. In: \_\_\_\_\_. **Piaget: encontros e desencontros**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 160 p.

GUIJT, I. **Diagnóstico Rural Participativo: uma visão geral**. Palestra proferida em Viçosa/MG. Maio de 2007.

OLIVEIRA e SILVA, Marcelo Kunrath. **A dimensão do poder nos processos de mediação: o caso da agricultura ecológica**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cda-lasru2006/15%20GT%20Valter%20LOliveira%20e%20MKSilva.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2006.

PEIXOTO, Marcus. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal. Outubro de 2008. 40 p.

PEREIRA, J. R. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras. v. 4, n. 2, jul./dez. 2001. 10 p.

PEREIRA, J. R.; LITTLE, P. E. **DRPE** – Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília. 2000. (mimeo).

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

RUAS, E. D. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Emater-MG, 2006.

SANTOS, Amanda Farias dos; LUSA, Mailiz Garibotti. Política agrária: extensão rural e serviço social, a equação possível. **Temporalis**, [S.l.], v. 2, n. 28, p. 243-273, nov. 2014.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIEBRANTZ, K. P. M. A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. **Revista Grifos**, n. 25, dez. 2008

WEINSTEIN, A. L.; CAVALLARI, C. D.; CINTRA, E.; INGLES, E.; COELHO, G. A.; JUNIOR, O. V. **Diagnóstico Comunitário Participativo: manual de ferramentas**. Reino Unido: DIFD, 2005.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

MARINHO, Cristiane Moraes; FREITAS, Helder Ribeiro. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 10-28, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 30 maio 2015.

Aprovado em: 20 jun. 2015.